

Política de gestão da Petrobrás ameaça a vida da categoria



Nos últimos meses, a categoria petroleira da Refinaria Gabriel Passos (Regap) tem convivido com os riscos consequentes do projeto de sucateamento da Petrobrás. A baixa qualidade da manutenção dos equipamentos da refinaria, em conjunto com a degradação das condições de trabalho, tem levado a unidade a uma série de ocorrências com potencial elevado para se transformarem em tragédias. Mesmo de conhecimento da gravidade dos acontecimentos recentes, a gerência local tem se mantido omissa, ignorando os ofícios enviados pelo Sindipetro/MG.

A política privatista e neoliberal empreendida pelo atual governo federal, e levada a cabo pela gerência geral da Regap, tem causado uma série de ocorrências de alto potencial de tragédia na refinaria. No último dia 22 de julho, após a ocorrência de trip

na unidade de resfriamento de água industrial (U-123), na Unidade de Utilidades (UT), foi registrado um princípio de incêndio na torre de destilação 102C01 da U-102. A unidade foi evacuada e, por sorte, o fogo não se alastrou fazendo vítimas.

Além da baixa qualidade da manutenção dos equipamentos da refinaria, a redução do número mínimo tem acarretado em transtornos resultantes do trabalho sob pressão. Aplicado de forma unilateral, no início da pandemia, a chamada “demanda reduzida” é um absurdo no aspecto de segurança operacional, uma vez que é impossível prever qualquer instabilidade operacional ou emergências em que o número de trabalhadores na planta é essencial para o controle seguro das atividades necessárias. O tema vem sendo cobrado pelo Sindipetro/MG em diversas oportunidades, mas sem que a gerência geral tome as

medidas necessárias para assegurar a segurança dos trabalhadores.

Bomba-relógio

O entendimento do Sindipetro/MG é de que a constância das ocorrências, somada ao processo de aceleração do processo de sucateamento da Regap, faz com que a refinaria seja uma bomba-relógio. Ainda assim, a gerência local segue ignorando os ofícios enviados pelo sindicato e se esquivando de suas responsabilidades.

Ao ignorar os fatos e todos os alertas, a gerência da Regap se responsabiliza por colocar em risco a vida dos trabalhadores e da comunidade do entorno. Uma tragédia está prestes a ocorrer por negligência destes que estão no comando da refinaria. E caso ocorra, não será acidente, mas sim crime trabalhista. Assim como foi crime o que essa política privatista e de lucro máximo causou em

Brumadinho e Mariana.

“A atual gestão da Petrobrás insiste no caminho do sucateamento e precarização do trabalho como forma de acelerar a privatização de suas unidades. Este é um caminho criminoso, que leva à destruição do meio ambiente e à morte de trabalhadores e trabalhadoras” afirma Alexandre Finamori, coordenador geral do Sindipetro/MG. “Nós não aceitaremos continuar trabalhando sob essas condições. Continuaremos denunciando e brigando pelo respeito a vida e pelo fim deste culto ao luto que a empresa tem nos imposto. Nós não somos apenas uma matrícula” conclui o coordenador geral.

O Sindipetro/MG solicita ao petroleiro que tenha conhecimento de setores em condições inseguras, comunique à um diretor do sindicato ou denuncie para para diretoria@sindipetro.org.br ou no WhatsApp (31) 9 8417-5352.

Petroleiros realizam novas assembleias

A categoria petroleira de Minas Gerais está realizando uma série de assembleias para debater e deliberar a aprovação de um calendário de mobilizações, repudiar e denunciar os ataques da Petrobrás contra a autonomia e liberdade sindical, e aprovar um manifesto em defesa da democracia e do respeito aos resultados das eleições de 2022.

As assembleias foram convocadas pelo Sindipetro/MG, e tem como objetivo mobilizar a categoria petroleira durante o processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Ao rejeitar a segunda contraproposta da empresa, que é praticamente igual a primeira, rejeitada por unanimidade na maioria das bases petroleiras, o Conselho Deliberativo da FUP cobrou da Petrobrás a realização de reuniões específicas de negociação.

Na oportunidade, estão debatendo e deliberando um repúdio e denúncia contra os ataques à autonomia e à liberdade sindical. É do conhecimento dos sindicatos dos petroleiros que a Petrobrás tem realizado uma série de ataques contra a liberdade sindical. Entre os ataques, podem ser citados as exi-

gências do RH da empresa para que empregados com função gratificada se desfilie dos sindicatos; o encerramento das contas de dirigentes sindicais liberados no WorkPlace; a proibição de acesso de dirigentes liberados a locais de trabalho; o acompanhamento de Seguranças e Policiais nas assembleias e atos; e a retenção das filiações, mensalidades e contribuições assistenciais.

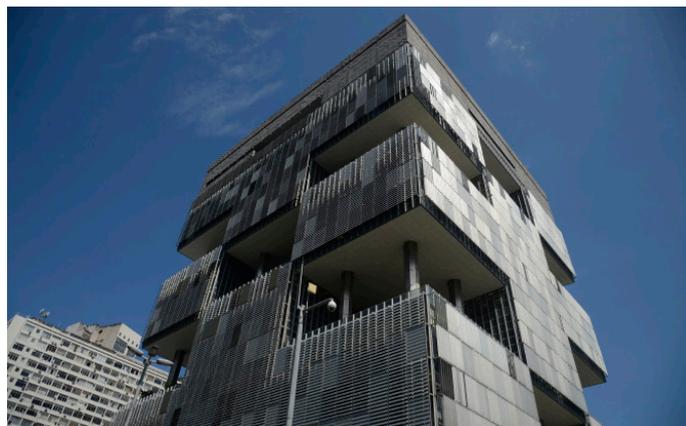
A FUP e seus sindicatos filiados também buscarão a FNP para construir um calendário conjunto de mobilizações e atos nacionais.

Por fim, também está sendo debatido e deliberada a aprovação do manifesto em defesa da democracia e do respeito aos resultados das eleições de 2022.

O manifesto soma a luta petroleira com a diversas outras entidades de classe e organizações da sociedade civil que se mobilizam contra a tentativa de golpe, que vem sendo orquestrado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Desde 2018, ele vem descredibilizando o processo eleitoral brasileiro, que é respeitado em todo o mundo e considerado um dos mais eficientes e seguros sistemas de votação do planeta.

Petrobrás quer golpe em indicação do CA



A Federação Única dos Petroleiros (FUP), em conjunto com a Anapetro (Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobrás), vai entrar com representação na Justiça contra a União, pela insistência em indicar para o conselho de administração (CA) da Petrobrás os nomes de Jônatas Assunção, secretário da Casa Civil, e de Ricardo Soriano, procurador-geral da Fazenda.

Os dois indicados por Bolsonaro foram rejeitados pela Comissão de Elegibilidade (CELEG) que apontou conflito de interesses entre a função que teriam na empresa e as atividades que eles desempenham no governo. Mesmo após a rejeição dos indicados, o Ministério de Minas e Energia insiste em reencaminhar seus nomes à companhia na lista com oito no-

mes indicados pelo governo para o CA da estatal.

Para a FUP, é gravíssima a insistência do governo de tentar eleger, à revelia, nomes já rejeitados por ferir a governança da Petrobrás, a Lei das Estatais e o Estatuto da empresa. A Federação também vai recorrer à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O CA é composto por 11 integrantes e somente três deles não serão submetidos à nova eleição por não terem sido escolhidos no processo de voto múltiplo: Rosângela Buzaneli, representante dos trabalhadores, e dois dos conselheiros indicados pelos acionistas privados, escolhidos em eleições individuais. A assembleia geral de acionistas da empresa está marcada para o dia 19 de agosto, sem os dois nomes no boletim de votação.